ÉTICA NO CONVÍVIO SOCIAL: PROBLEMAS E DILEMAS MORAIS

ETHICS IN SOCIAL INTERACTION: PROBLEMS AND MORAL DILEMMAS

Ana Gabriela Colantoni
<anacolantoni@gmail.com>
Doutora em Filosofia, Pensamento Ético-Político, Unicamp, Campinas, SP
Professora da Universidade Federal de Goiás,Regional Goiás, Goiás, Brasil
http://lattes.cnpq.br/2701411129177171

RESUMO

Para alguns, a ética existe para limitar e controlar as escolhas do indivíduo no mundo e para impor um modo de conduta como se ela fosse um conjunto de regras universais deduzidas do céu. Nossa perspectiva é em contraposição a essa. Em primeiro lugar, a ética não oprime, mas a ética liberta. Em segundo lugar, ela não é imposta, mas pode ser escolhida. Em terceiro lugar, a ética é um projeto inventado e não deduzido. Para o terceiro ponto, podemos nos fundamentar na fenomenologia e no existencialismo, especialmente em Sartre, que defende que a existência precede a essência. Isso significa que os valores não estão para serem descobertos pela razão, através da reminiscência, mas que eles são meras finalidades inventadas e escolhidas, atestadas pelas vivências. E então entramos no segundo ponto. Outro aspecto é que a ética é um projeto diferente dos outros projetos, pois não é um projeto que afeta somente aquele que o escolheu, como é o caso do projeto da longevidade ou do halterofilismo, mas é um projeto que afeta diretamente o outro. Assim, na contemporaneidade, a ética está sendo pensada com o intuito de resolver conflitos de interesses no convívio social, de tal modo a trazer menos danos e interferir minimamente na individualidade de cada um. E então entramos no primeiro ponto. É justamente por isso que a ética liberta. Em uma sociedade em que está presente enquanto expressão dos conflitos: a violência, a exploração e os abusos; a vivência da ética liberta contra o preconceito, a intolerância e a injustiça. Além disso, a ética não está dada e nem sempre é simples deduzir os juízos de seu objetivo. Por isso faz-se necessário investigar problemas e dilemas morais.

Palavras-chave: convívio; dilema; problema.

ABSTRACT

For some, ethics exist to limit and control the choices of the individual in the world and to impose a mode of conduct as if it were a set of universal rules deduced from the sky. Our perspective contrasts with this. In the first place, ethics does not oppress, but ethics frees. Secondly, it is not imposed, but it can be chosen. Third, ethics is a project invented and not deduced. For the third point, we can base ourselves on phenomenology and existentialism, especially on Sartre, who holds that existence precedes essence. This means that values are not to be discovered by reason and reminiscence, but that they are mere purposes invented and chosen, attested by the experiences. And then we enter the second point. Another aspect is that ethics is a project different from other projects, because it is not a project that affects only the one who chose it, as is the case of the longevity or weightlifting project, but it is a project that directly affects the other. Thus, at the present time, ethics is being thought with the intention of resolving conflicts of interests in social life, in such a way as to bring less damage and interfere minimally in the individuality of each one. And then we get to the first point. That is why ethics causes freedom. In a society where it is present as an expression of conflicts: violence, exploitation and abuse; the experience of ethics causes freedom against prejudice, intolerance and injustice. Moreover, ethics is not given, and it is not always simple to deduce the judgments from your goal. Therefore, it is necessary to investigate problems and moral dilemmas.

Keywords: interaction; dilemma; problem.

INTRODUÇÃO

A ética foi constituída como projeto que visa orientar a conduta das pessoas, ou seja, ela tem caráter de imperativos a respeito de nossas ações. Mas para que isso faça sentido, a investigação não pode simplesmente ser produto de nossas descrições comportamentais, ou de nossos sentimentos culturais. Talvez isso seria tarefa para a antropologia ou para a psicologia, mas não para a filosofia. Enquanto disciplina filosófica, a ética visa deduzir juízos e prescrever ações, a partir de um objeto comum para o convívio social.

Dessa maneira, se por um lado, a ética é produto da criação humana, por outro lado, nessa invenção, definiu-se uma finalidade. Por isso, podemos afirmar que a ética possui caráter objetivo, em que o relativismo não pode ser admitido.

Contudo, é preciso também explicitar que objetividade não significa um tipo de absolutismo dos valores, de tal modo que eles sejam incontestáveis. Tudo isso pode parecer contraditório, mas não é. Se partimos de uma finalidade comum, podemos concluir juízos e prescrever ações, mas não significa que não podemos contestar tal finalidade.

Isto se relaciona intimamente com o primeiro ponto que queremos destacar nesse trabalho: a corrente filosófica chamada fenomenologia, pois a partir dela, pode-se observar que não há valores a serem descobertos ou deduzidos. Ao contrário, há escolhas de identidade e de mundo. Embora as escolhas sejam subjetivas, isso não impede a constituição de um projeto de ética com objetivos claros e bem definidos que possa ser defendido para o coletivo, de tal modo a respeitar as liberdades individuais e interferir quando houver conflitos diretos e significativos de interesses.

Em segundo lugar, queremos mostrar que os sentimentos morais constituídos a partir da cultura podem dificultar a investigação do objetivo da ética, assim como ocorreu na constituição da ética clássica. Não obstante, o estudo da ética clássica pode servir de ferramenta para o aprofundamento das discussões sobre a ética e para explicitação dos dilemas nos casos em que a solução não é óbvia. Esse segundo ponto visa instigar a indagação sobre a ética que

queremos constituir hoje, que pode ser expressa da seguinte forma: como fazer para desenvolver uma ética como proposta de engajamento político que respeita a diversidade de pensamento e de vivência do outro, mas que pretende ser intolerante com as subjugações e com as injustiças, com o intuito promover o bom convívio em sociedade?

Sobre essa necessidade prática e atual do respeito com as diferenças, não poderíamos deixar de mencionar o filósofo da liberdade. Sartre, pertencente à corrente filosófica da fenomenologia e do existencialismo, mostra que não existem valores preestabelecidos. Por outro lado, ele também mostra que não existe homem que não escolha algum valor. Exatamente por isso, a escolha de algum valor enquanto projeto define o homem que o escolheu, que se desenha através de sua atitude vista por outros homens (SARTRE, 1985, p. 113-114).

Isso significa que, se por um lado, não existe essencialmente o bem, o homem é responsável pela construção de bem que ele almeja. Vejamos o que Franklin Leopoldo e Silva diz sobre Sartre:

> Numa época, que é aquela em que nós vivemos, em que a perda de referências nos leva à indiferença, ao relativismo, ao cinismo, pela impossibilidade de identificação de valores individuais, de valores coletivos, talvez a atualidade de Sartre consista exatamente em nos mostrar que a nossa identidade não significa a construção e a fixação de uma imagem de nós mesmos, mas deveria consistir em assumirmos o livre compromisso de uma identificação muito lúcida e muito crítica com a história que nos é dada a viver (LEOPOLDO E SILVA, 2013).

Motivados com esse convite de Sartre descrito por Leopoldo e Silva, de constituir uma identidade compromissada e crítica com a realidade, é que somos convidados a pensar sobre as questões morais de hoje. Sartre disse: “Eu busco então a moral de hoje... Eu tento elucidar a escolha que um homem pode fazer de si mesmo e do mundo em 1948”[1] (ELKAÏM-SARTRE, 1989 apud SARTRE , 1989, p. I, tradução nossa). Qual seria então a moral de 2016, quais são as escolhas possíveis para um pensar e agir eticamente no convívio social atual?

Na citação, Franklin Leopoldo e Silva menciona sobre a impossibilidade de identificação dos valores coletivos na atualidade. Isso nos faz buscar os fundamentos históricos. Maria Lúcia Barroco identifica uma heterogeneidade de valores nas sociedades complexas, em contraposição às sociedades primitivas:

1 Je cherche donc la morale d’aujourd’hui... J’essaye d’élucider le choix qu’un homme peut faire de soi-même et du monde en 1948 ».

> Nas comunidades primitivas, a moral apresenta um nível de desenvolvimento restrito, tendo em vista os limites de seu desenvolvimento econômico e social e o fato de os *valores* serem relativamente *homogêneos.* Em decorrência disso, tais valores podiam ser adotados pelos indivíduos singulares e reproduzidos através dos costumes sem grandes *conflitos* de ordem social e moral, ao contrário do que ocorre quando determinado grupo ou estrato social não aceita as normas e valores socialmente determinados (BARROCO, 2008, p. 60).

Segundo a autora, não obstante, nas sociedades complexas houve uma diversificação de valores a partir da diversificação das possibilidades. Como todo valor é relativo a uma finalidade, a ampliação de possibilidades diversificou os interesses e multiplicou os valores. Dessa maneira, não temos mais o coletivo a guiar as vontades individuais, mas ao contrário, estão presentes os conflitos de interesses entre os indivíduos da sociedade.

Graças a isso, o estudo da ética na contemporaneidade existe, com o intuito de resolver esses conflitos e guiar condutas na busca de um bem comum, mas também de garantir o direito ao desenvolvimento da especificidade própria da personalidade de cada um, com maior liberdade possível.

Outro argumento sobre o respeito da liberdade individual, pode ser dado por Hare, filósofo inglês que discute ética e metaética e que enumera os requisitos necessários para uma teoria moral. Um deles é o requisito da arguibilidade, que diz que a teoria ética deve resolver desacordos pelo uso da argumentação. Inclusive, ele retira do âmbito das discussões morais, juízos em que não existam conflitos de interesses, onde o interesse de outra pessoa não é afetado (HARE, 2003, p 167). Dou destaque a esse requisito, porque ele vincula à moralidade a garantia da vivência da individualidade.

Entender que a ética é um projeto com o objetivo de melhorar o convívio social – e de que, para isso, diante de divergências de interesses nas sociedades complexas, é preciso interferir o mínimo possível nas liberdades individuais – é fundamental para entendermos o que são denominados nesse trabalho de problemas morais, investigação eleita como um dos focos pertinentes e frutíferos para a aplicação de questões morais de hoje.

Para clarificar, é preciso explicitar a divisão entre juízos que devem ser emitidos e juízos que não podem ser emitidos de acordo com a finalidade da ética. Dessa forma, denomino de confusões ou problemas morais aqueles juízos que são emitidos como se fossem juízos morais mas que não são de fato, pois não cumprem o papel da arguibilidade, ou seja, são realizados sobre ações em que não há conflitos de interesse, e que, a partir da emissão desse juízo, realiza-se uma

imoralidade. Em outras palavras, ao emitir um juízo sobre o que é certo ou errado, em referência a alguma atitude, pelo simples fato de que o outro possui um modo de vida diferente da vida do emissor, o emissor do juízo gera um conflito de interesses, que pode oprimir o outro, invadir sua individualidade. Dessa maneira, de fato, o emissor do juízo tem uma atitude imoral e não aquele que foi alvo de seu juízo de valor.

Outro motivo para a existência e persistência da investigação ética é a existência de dilemas morais. Os dilemas ocorrem quando há conflitos diretos e significativos de interesses, mas ao aplicarmos princípios diferentes ou correntes éticas diferentes, as respostas são divergentes.

A hipótese desse trabalho é que é possível criar um modelo de investigação para tratar os problemas éticos atuais, de tal modo que, mesmo com a suspensão do absolutismo dos valores, seja possível fazer uma discussão moral. Dessa maneira, sempre que nos depararmos com uma questão prática, deve-se verificar primeiro se a questão é um problema moral, depois, se a resposta é óbvia, e por fim, verificar se se trata de dilema moral.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, o objetivo é apenas de apresentar um modelo de aplicação, através de exemplos específicos. Alguns desses exemplos, inclusive, nos são caros, pois nossos sentimentos morais nos levam a uma inclinação oposta ao resultado, devido à formação cultural ou à intuição política. Mas, se a ética tem como propósito orientar a conduta a partir de seu objetivo, esse tipo de acontecimento é positivo, ou seja, é também objetivo desse trabalho mostrar que a investigação moral pode provocar mudança real de atitude, de sentimento e de pensamento.

A proposta justifica-se pelo convite ao livre compromisso de constituição de uma identidade lúcida e crítica conosco mesmo, diante dessa história de nossa época.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método é aplicação de questões morais atuais a partir da criação de um modelo de aplicação para essas.

O modelo é o seguinte: verificação da questão prática e constatação se é um problema moral, nos termos descritos nessa introdução. Se for, deve ser eliminado do âmbito da discussão com a sugestão do respeito ao modo escolhido do indivíduo. Se não for um problema moral, significa que há conflito de interesses, logo a segunda parte da análise é pertinente. Então, faz-se

necessário verificar se a resposta para a questão é óbvia. Se não for óbvia, é preciso verificar se se trata de um dilema moral. Para tanto, é preciso aplicar à questão princípios deontológicos e/ou regras das correntes diferentes da ética normativa: eudaimonia, deontologia e utilitarismo.

Faz-se necessário, então, de maneira geral, retomar comparativamente os pontos mais relevantes das teorias dos filósofos mais considerados de cada uma dessas correntes, a saber: Aristóteles (2009), Kant (2009) e Mill (2007), respectivamente.

A ética aristotélica, pertencente à corrente da antiguidade denominada eudaimonia, influenciou ambas as correntes modernas (deontologia e utilitarismo). Para Aristóteles, para se alcançar o bem supremo, há uma ciência superior às demais (a perícia política), que legisla acerca do que se deve evitar ou fazer para se atingir a felicidade do Estado. A felicidade do Estado é mais completa do que o bem individual. Isso se assemelha ao cálculo de felicidade da constituição da ética moderna denominada utilitarismo, especificamente, de Stuart Mill. Para o autor, o cálculo de felicidade é a somatória daquilo que gera maior prazer e menor dor para o coletivo.

Por outro lado, essas duas correntes não se assemelham em tudo. Para Aristóteles, as deficiências do caráter produzem-se pela exposição às paixões e pelas ações inclinadas a elas, dessa maneira, ele faz uma crítica àqueles que não possuem domínio de suas paixões, e consequentemente, não possuem o domínio de si. Sobre esse aspecto, sua teoria se assemelha à ética moderna conhecida como a deontologia de Kant, que afirma que uma ação que ocorre por causa das inclinações (como as paixões, por exemplo) não possui valor moral.

Aristóteles, com o intuito de investigar o bem supremo, parte da análise dos bens individuais (prazer, riqueza e honra) e diz:

> [...] a maioria dos homens e os mais vulgares de todos supõe que o bem e a felicidade são o prazer; é por esse motivo que acolhem de bom grado uma vida dedicada à sua fruição. [...] A maioria dos homens parece estar completamente escravizada e preferir uma vida de animais de pasto (ARISTÓTELES, 2009, p. 21).

Na modernidade, essa passagem parece ter influenciado mais Kant do que Stuart Mill, uma vez que, para Kant, a ação só tem valor moral se ela ocorrer conforme o dever e por causa dele, longe das inclinações (KANT, 2009). Para Stuart Mill, o princípio da felicidade (ou da utilidade) sustenta que as ações corretas quando promovem a felicidade (prazer e ausência de dor) e se afastem das infelicidades (dor e privação de prazer) (MILL, 2007, p.22). Contudo, Mill admite a superioridade dos prazeres mentais em relação aos corpóreos (MILL, 2007, p. 23) e além disso, faz também comparação com os animais, aos que são atraídos pelos prazeres corpóreos:

> É indiscutível que o ser cujas capacidades de prazer sejam de nível inferior possui maiores chances de satisfazê-las plenamente; e um ser altamente dotado sempre sentirá que qualquer felicidade que ele possa procurar no mundo tal como é, será imperfeita. Mas ele pode aprender a suportar suas imperfeições, se elas forem de qualquer modo suportáveis, e não o farão invejar o ser que de fato é inconsciente das imperfeições, uma vez que não sentem absolutamente o bem que elas proporcionam. É melhor ser um ser humano insatisfeito do que um porco satisfeito; melhor ser Sócrates insatisfeito do que um tolo satisfeito" (MILL, 2007, p. 25).

Talvez esse seja um dos aspectos de intersecção, que aproxima mais as três teorias, de tal modo que, seja pelo bem viver, seja pela análise de consequências, seja pelo dever, as conclusões das aplicações de questões às regras tenham resultados semelhantes.

Contudo, esse é um aspecto que merece ressalvas. Se, na contemporaneidade, buscamos o respeito das liberdades individuais, não podemos dizer que a preferência dos prazeres corpóreos sobre os prazeres intelectivos inferiorize aquele que assim a tem.

Precisamente, a discordância com os clássicos é sobre a relação do prazer ou da ausência de prazer influenciando os juízos morais. Para clarificar, vamos citar um exemplo: posso sentir prazer em falar a verdade em determinada situação, ou odiar. Mas, precisamente, se eu falei ou não a verdade (ou seja, a minha ação) é o que importa para que ela seja considerada uma ação em acordo com a ética, e não o meu sentimento. E meu sentimento subjetivo em nada interfere para que a ação seja moral ou imoral, pois, na verdade, o que interfere é minha deliberação subjetiva atestada pela minha atitude diante do outro.

De fato, os sentimentos são produzidos culturalmente. Assim, defendemos que eles atrapalham nossas análises objetivas a respeito do certo ou do errado em uma perspectiva moral. Inclusive, eles são os responsáveis pelos problemas morais.

DISCUSSÃO

APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS MORAIS EM CASOS ATUAIS

São muito comuns os problemas morais (que são essas confusões sobre o que é moralidade) no convívio social a respeito do comportamento sexual do outro. Vejamos alguns exemplos.

A prostituição é um dos ofícios mais antigos, mas segundo André Pinho,

> A opinião pública se divide de forma acirrada entre os que defendem a regulamentação e os que não coadunam com tal medida. Estes últimos pautam seus argumentos geralmente na esfera da moralidade e em outros critérios subjetivos como o preconceito e à aversão aos bons costumes (PINHO, 2016).

Não discutiremos sobre a regulamentação da profissão, pois não é o objetivo. Mas, sobre a justificativa para esses argumentos contrários à regulamentação da profissão da prostituição apontados pelo autor ("esfera da moralidade"), questionamos: qual é o conflito de interesses entre um indivíduo que quer vender seu corpo e outro que quer comprar? Se não há conflito de interesses, então, por que o autor diz que esses argumentos se pautam na esfera da moralidade? Seguindo o requisito para uma teoria moral de Hare, acima apresentado, se não há conflitos de interesses, então não é digno de juízo moral de acordo com a finalidade da ética. Contudo, poderiam nos questionar a respeito da exploração dos cafetões, sobre as constantes agressões físicas contra mulheres dessa profissão, sobre as práticas de pedofilia, ou sobre as traições comuns de homens e mulheres casados com as prostitutas e prostitutos. Nesses casos, podemos dizer que a exploração, as agressões, as práticas de pedofilia e as traições são imorais, porque geram conflitos de interesses e produzem vítimas, mas não o ofício da prostituição em si mesmo.

Inclusive, é sabido que muitas senhoras distintas vendem seu corpo para um único homem através do casamento. Joseane Silva Bittencourt apresentou uma comunicação na APEB-FR, em Paris, em abril de 2016, cujo o título pode ser traduzido por: "Dilma Rousseff e Marcela Temer: uma análise da construção da imagem das fêmeas públicas nas mídias brasileiras". A apresentação se apoiou sob a análise do discurso de Michel Pêcheux, Michel Foucault e Jean-Jacques Courtine, e visava discutir o papel do feminino histórico construído em nossa sociedade.

Ao me lembrar do exemplo explorado por Joseane, podemos dizer que não há conflito de interesses no caso da prostituição, assim como também não há conflito de interesses no caso da Marcela com seu marido. Mostrar a condição de construção dos papéis sociais, como fez Joseane Bittencourt, é bastante interessante, pois mostra que são apenas papéis e isso abre novas possibilidades de ação e amplia a condição das escolhas conscientes e livres das mulheres. Contudo, sabemos que Marcela Temer, a atual primeira dama do Brasil, têm sido crucificada constantemente nas redes sociais através do lema "bela, recatada e do lar". Mostrar os papéis tradicionais e contestá-los como única forma de atuação, não é o mesmo que dizer que é errado assumí-los para si. A crítica ao papel tradicional é para a ampliação de escolhas e não para

limitação. Em outras palavras, lutar para que eu não tenha como única opção que ser “bela, recatada e do lar” não é o mesmo que denegrir aquelas que querem ser “belas, recatadas e do lar”. Também aqui poderiam haver indagações sobre o fato da suposta corrupção e de seus caprichos com dinheiro público. Aliás, paralelamente ao primeiro exemplo, há fatos relacionados que são dignos de investigação moral, mas uma pessoa não deve receber juízos sobre suas ações simplesmente pelo fato de “ser do lar” e seguir um modo de vida tido como “padrão”.

Tanto os juízos contra as prostitutas, simplesmente por causa do ofício, quanto os juízos contra Marcela Temer por ser “bela, recatada e do lar” são equivocados quando são vinculados à moralidade. Imoral não são os atos, focos dos juízos, mas sim a ação de emitir o juízo, pois oprime aquele que é alvo, sem que exista conflito significativo e direto de interesses entre os que executaram a ação em questão.

Contudo, o emissor do juízo no primeiro exemplo pensa que está defendendo a moral, enquanto o emissor do juízo no segundo exemplo, pensa que está fazendo uma crítica à moralidade. Por que isso?

Poderíamos dizer que a maioria das pessoas possuem um sentimento de que a prostituição é errada, por causa do conservadorismo cultural impregnado mesmo nos movimentos sociais. Também poderíamos dizer que uma boa parcela tem o sentimento de que ser uma boa dona de casa é um dever, e que por isso, debochar desse padrão seria fazer uma crítica à ética.

Na verdade, nossa proposta visa colocar essas atitudes (ser prostituta ou ser dona de casa) como algo fora do âmbito das discussões morais, sob a justificativa de que a ética visa constituir juízos apenas a respeito de situações que apresentam conflitos de interesses diretos e significativos e que suas análises devem ser imparciais, ou seja, independentemente da posição que se ocupa na circunstância. Com isso, podemos afirmar que, na prática, nossos sentimentos morais não auxiliam na constituição dos juízos.

Logo, esses sentimentos não podem ser fundamentos para juízos morais, pois eles visam interferir em modos de vidas em que não há conflito de interesse. A emissão desses juízos é perversa e interfere na liberdade individual sem justificativa plausível. São esses sentimentos supostamente morais que geram violência contra os homossexuais, por exemplo. Em nome da moral, pessoas produzem violência e cometem grandes injustiças. Por isso, faz-se necessário dar atenção aos problemas morais de nossa atualidade, bem como podemos dizer que, entender os problemas morais é, na prática, aceitar o convite para uma autocrítica.

APLICAÇÃO DE DILEMAS MORAIS EM CONTEXTOS ATUAIS

Conforme dissemos acima, dilemas morais ocorrem quando se aplica a alguma questão prática dois princípios ou duas regras morais diferentes. Dessa maneira, pode haver conflitos de princípios, ou conflitos de correntes éticas (eudaimonia, utilitarismo e deontologia).

Entretanto, com a eleição de um objeto comum, pode ser possível encontrar soluções. Nesse trabalho, queremos mostrar que respostas são possíveis, principalmente quando eliminamos a relação com os sentimentos morais.

É importante também notar que os dilemas morais são diferentes dos problemas morais. Enquanto os problemas morais são juízos morais equivocados, (que, pelo simples fato de serem emitidos, significa que o emissor realizou uma atitude imoral), os dilemas morais são diferentes.

A partir do conceito de confusões ou problemas morais, muitos problemas poderiam ser facilmente resolvidos, pois ações onde não há conflito de interesse poderiam ser eliminados do âmbito de investigação moral.

No caso dos dilemas, eles ocorrem onde há conflito de interesses. Nesse caso, há uma resposta objetiva que podemos chegar por meio de raciocínio, mas ela não é óbvia. Ou seja, no caso dos dilemas, a dificuldade está na dedução do juízo moral, ou na escolha mais racional da regra que deve ser aplicada em cada caso.

Podemos dizer que, na atualidade, existem vários dilemas morais no convívio social e precisamos estabelecer um padrão de análise investigativo.

Conforme anunciamos na metodologia, vamos apresentar um modelo de aplicação através de um exemplo.

Façamos um experimento de pensamento. Imagine uma pessoa doente e internada com sérios problemas cardíacos. Então acontece uma tragédia na família, como por exemplo, um de seus filhos morre. Contar a notícia ao paciente pode levar o paciente a óbito, devido a seu já conhecido problema de saúde. Podemos dizer que, nesse caso, há um dilema de princípios, bem como um dilema de corrente. Facilmente podemos verificar o dilema entre dois princípios: entre falar a verdade e preservar a vida. Temos também o dilema entre as correntes deontologia e utilitarismo. Para a teoria deontológica de Kant, não faz sentido a análise de consequências, o que faz com que a resposta para a aplicação do problema na regra seja a constituição do juízo “mentir

é errado". Por outro lado, para Mill, é preciso fazer o cálculo de felicidades, com o objetivo rejeitar a dor e buscar o prazer, assim, o juízo resultado da aplicação da regra utilitarista seria: "mentir, nesse caso, seria correto".

A proposta aqui é a ponderação. A aplicação das regras da ética moderna é relevante para o destaque do conflito. Mas podemos ponderar e simplesmente responder de acordo com definição geral de ética desenvolvida em termos gerais. De fato, toda investigação ética questiona: qual ação ou juízo minimiza ou não produz vítimas? Nesse caso, facilmente encontraremos a resposta de que mentir é correto.

Vejamos outro exemplo. Mayana Zatz, no livro "Gen-ética: escolhas que nossos avós não faziam", mostra como os avanços das pesquisas na área de genética foram capazes de gerar situações de difícil decisão. Em um dos casos, ela relata a história de uma adolescente grávida que procurou o aconselhamento genético, pois tinha presente em sua família a distrofia de Duchenne. Porém, para fazer o teste, era preciso saber qual cromossomo X a moça teria herdado de seu pai e qual ela teria herdado de sua mãe, por isso foi preciso colher material genético de ambos. As pessoas envolvidas no aconselhamento genético ouviram rumores de que o pai da adolescente seria o pai do filho que ela esperava e decidiram fazer o exame de DNA, que confirmou o fato. Contaram para ela o resultado, mas ela exigiu sigilo, porque não queria que a mãe soubesse, uma vez que todos eram dependentes financeiramente do pai. Estavam diante de um ato que seria considerado estupro aos olhos da lei, mas que a delação entraria em choque com a confidencialidade do aconselhamento genético (ZATZ, 2011, p. 49-52).

Diante desse caso baseado em uma história verídica atual, fazemos então a análise da questão através da aplicação de regras da ética clássica para a explicitação do dilema.

Em Kant, uma ação é moral quando ela ocorre conforme o dever e por causa do dever. O dever é deduzido da lei universal, que diz que "nunca devo proceder de outra maneira senão de tal sorte que eu possa também querer que a minha máxima se torne uma lei universal" (KANT, 2009, p. 133). Com isso, podemos tentar aplicar a questão investigada a essa regra e teremos que é considerado dever "não ser cúmplice em um crime", pois o contrário disso permitiria a perpetuação de injustiças e isso não pode se tornar uma lei universal. Logo, poderíamos concluir que o aconselhamento genético deveria denunciar o estupro da adolescente. Contudo, a ação de descumprimento à promessa do sigilo no aconselhamento genético também estaria em desacordo com a lei universal (KANT, 2009, p. 137).

Percebe-se então, que estamos diante de uma situação que não pode ser resolvida com a aplicação da regra kantiana, o que configura um dilema de princípios entre o dever de não ser cúmplice de um crime e o dever de cumprir uma promessa.

Tentemos então aplicar a regra de Mill, que diz que

> O credo que aceita, como fundamento da moral, a Utilidade, ou o grande princípio da Felicidade, sustenta que as ações estão certas na medida em que tendem a promover a felicidade e erradas quando tendem a produzir o oposto da felicidade. Através da felicidade pretende-se o prazer e a ausência de dor; por infelicidade, dor e a privação do prazer (MILL, 2007, p. 22).

Mais adiante, ele especifica que "[...] não é a maior felicidade do próprio agente, mas a quantidade maior de felicidade conjunta [...]" (MILL, 2007, p. 27). Ao contrário de Kant, Mill nos apresenta uma regra que devemos considerar a análise das consequências da ação. Se o aconselhamento genético fizesse a denúncia, provocaria dor na adolescente, na mãe e no pai, enquanto a manutenção do sigilo pouparia a convivência familiar de seu desmantelamento. Logo, ao aplicarmos a regra utilitarista, temos que o sigilo do aconselhamento genético prometido deve ser mantido.

Assim, temos que a aplicação da regra deontológica ao caso analisado gerou um dilema de princípios. Então, a partir disso, concluímos que o modo que está de acordo com a investigação ética seja resultante da aplicação da regra utilitarista. Desse modo, o aconselhamento genético realmente não deveria ter quebrado a garantia da confidencialidade, como não o fizeram de acordo com Zatz. Aqui, a análise de ambas as correntes foi suficiente para se chegar em um resultado, mas que também está de acordo com a definição proposta por nós, de que a ética visa construir juízos e instruir ações de modo a minimizar as vítimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que, se por um lado, a relação feita da lógica clássica entre os sentimentos e os juízos morais pode reprimir a vivência da individualidade, a desvinculação com os sentimentos morais proposto nesse trabalho liberta. Logo, a racionalidade da ética, proposta desde a antiguidade permanece, e se fortalece com novas formulações, pois a retirada dos sentimentos para a análise dos juízos respeita a vivência subjetiva, ao passo que garante a objetividade do projeto da ética. Em todo caso, conhecer as concepções clássicas enriquece e fortifica a discussão.

E, como a ética é um projeto inventado, pois não existem valores essenciais ou preexistentes, a escolha por esse projeto diz muito sobre os homens e mulheres que escolhemos ser e sobre o mundo que queremos viver. Não é porque a ética é fruto de uma criação humana, que ela não pode ser defendida.

Além disso, temos as questões urgentes de nosso tempo, sobre a legalização do aborto, sobre a legalização das drogas, sobre a exploração dos homens e dos animais, sobre a escravidão, sobre o genocídio, a violência, a corrupção, as políticas de dominação mundial, a guerra, os agrotóxicos, a questão da distribuição de renda, a discriminação de gênero e raça, dentre outros. Enfim, concluo esse texto com um convite para que novos trabalhos sejam realizados a partir dessa perspectiva de análise dos problemas morais e das discussões dos dilemas, pois não existe manual de ética a ser seguido. A pesquisa individual é importante, pois é a partir dela que podemos propor a orientação da conduta do coletivo. As grandes mudanças no mundo (o fim da escravidão, do absolutismo, a conquista dos direitos dos trabalhadores, o voto das mulheres) se iniciaram a partir das mudanças individuais, alterando o convívio social, para somente depois ocorrerem os ganhos coletivos. A pesquisa sistemática é importante para impedir nossa própria fuga dos projetos que traçamos para nós mesmos.

Em suma, não podemos deixar de lutar para garantir a espontaneidade e autenticidade de cada um, que também é um modo de resistência em um mundo com tantas calamidades, ao passo que, também não podemos tolerar a manutenção de um sistema que mantém a produção constante de vítimas.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*. Tradução de António de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2008.

ELKAÏM-SARTRE, A. “Prefácio”. *In:* SARTRE, *Vérité et existence.* Paris: Gallimard, 1989).

HARE, R. M.*, Ética: problemas e propostas.* Tradução de Mário Mascherpe e Cleide Antônia Rapucci. São Paulo: Unespe, 2003).

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes.* Tradução de Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Barcarolla, 2009).

LEOPOLDO E SILVA, F., *Sartre e o Humanismo*. São Paulo: Editora Barcarolla, 2013.

MILL, S. *Utilitarismo.* Tradução de Rita de Cássia Gondim Neiva. São Paulo: Escala, 2007.

PINHO, A., *A necessidade da regulamentação da prostituição no ordenamento jurídico brasileira*, em: http://andrepinhosimoes.jusbrasil.com.br/artigos/304261800/a-necessidade-da-regulamentacao-da-prostituicao-no-ordenamento-juridico-brasileira?ref=topic_feed

SARTRE. *Critique de la Raison dialectique – précédé de Question de méthode – tome 1 : Théorie des ensembles pratiques.* Paris : Gallimard, 1985.

ZATZ, M. *Gen-ética: escolhas que nossos avós não faziam.* São Paulo: Globo, 2011.

Submissão: 23 de fevereiro de 2018

Avaliações concluídas: 20 de abril de 2018

Aprovação: 26 de maio de 2018

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

COLANTONI, A. G. Ética No Convívio Social: Problemas E Dilemas Morais. Revista Temporis [Ação] (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 18, N. 01, p. 256-2689de 269, jan/jun, 2018. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive> Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >